

ees

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



O ESTADO E A IGREJA

HOMENAGEM A JOSÉ ANTUNES

VOLUME 22, 2001

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## A INTIMIDADE LUSO-BRASILEIRA\*\*

### Nacionalismo e Racialismo<sup>^</sup>)

#### *A Campanha Luso-Brasileira*

Muito intrincada foi a campanha de aproximação entre Brasil e Portugal para formar, de um lado, a identidade da Nação brasileira de origem lusa, e, de outro, a lusitanização do Atlântico Sul fundamentada na capacidade civilizadora dos portugueses. Arquitetada passo a passo na primeira metade do século XX, tratava de acomodar uma unidade política com base étnica - termo que passou a ser empregado para lidar com os aspectos raciais.

\* Universidade Federal de Santa Catarina.

\*\* Este texto foi apresentado, inicialmente, como Conferência, no Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 5 de abril de 2000.

f<sup>1</sup>) Utilizo o termo racialismo para designar as bases científicas do discurso intelectual que sustentou o nacionalismo no período que vai da segunda metade do século XIX ao final da Segunda Guerra Mundial. Em princípio, não teríamos necessidade do uso do termo racialismo, congêneres do racismo, ou seja, tanto o racialismo (teoria) como o racismo (ideologia) postulam a solidariedade entre as características físicas e morais no ser humano. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, há um descrédito geral das teorias raciais, enquanto ainda convivemos, em todo o vigor, com os preconceitos raciais próprios do racismo. Para uma melhor compreensão sobre esta diferenciação conceitual ver Tzvetan Todorov, *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana* (Trad. Sérgio Goes de Paula) Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. I.

Ora, dentro da cultura nacionalista vinculada à cultura de raça<sup>(2)</sup> como base da hierarquia das nações, tendo por referência a ariana, é de se perguntar como Portugal manipulou a incorporação do Brasil no curso da sua história nacional, para mostrar ao mundo sua maior obra colonizadora? O retrato do Brasil, sacado por quem enxergou o fantástico *espetáculo das raças*<sup>(3)</sup> era surpreendentemente assustador. "O vozerio e os divertimentos extravagantes do grande número de negros (reunidos nas festas) (causavam) uma feição estranha e excêntrica, da qual só pode fazer ideia quem observou as diversas raças na sua promiscuidade," e atraíam *inumeráveis aglomerados de povo*, formando *quadros de vida*, como num *espelho mágico*, em que o espectador "[...] vê passarem representantes de todas as épocas, de todos os continentes, de todos os gênios, toda a história da evolução humana, com os seus mais elevados ideais, as suas lutas, culminâncias e obstáculos". Spix e Martius referiam-se ao *espelho*, uma vez que o Brasil, na condição de ex-colônia de Portugal, deveria refletir a imagem projetada pela Europa. No entanto, a adjetivação *mágico* aludia a certa desordem ou mesmo deformação do que o *gênio da humanidade* fora capaz de criar<sup>(4)</sup>. Esta idéia de fealdade e país degenerado, incapaz, racialmente, circulara entre os intelectuais portugueses. Sampaio Bruno contrapôs-se com veemência aos propósitos de intelectuais brasileiros que investiam na tentativa de criação de uma "língua brasileira" própria. "Ora, se o brasileiro não quer ser português, que quer ser?" - perguntava Sampaio Bruno. "Quer ser tupi, com os falares dos indígenas de suas selvas? Quer pertencer ao grupo das línguas bantus, que são as em que se expressa variedade

(2) Utilizo a expressão "cultura de raça" para designar a mentalidade intelectual da primeira metade do século que concebia, por um lado, a imbricação entre nação e raça e, por outro, acreditava-se nas leis da eugenia, sejam lamarckianas ou galteanas - pelas condições do meio ou pelas leis da hereditariedade - para a melhoria das características físicas e mentais do povo, ou seja, o emprego de métodos para o cultivo da raça.

(3) Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Cia das Letras, 1993, p. 189.

(4) Cf. Karen Macknow Lisboa, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 136-138.

pretalhada ...?"<sup>(5)</sup>. Também Camilo Castelo Branco revelara semelhante atitude ao criticar os poetas brasileiros que se arvoraram em definir uma literatura nacional. "Pedro Alvares descobriu o Brasil; eu descobro o caboclo Tomás besuntado de literatices francesas que não lhe modificaram plasticamente a proeminência dos ossos temporais, a estreiteza da testa, os ângulos faciais, o canto externo do olho convergindo para o nariz chato, a amplidão das ventas, a espessura carnuda dos beijos, as finuras das pantorrilhas, a lucidez da pele cobreada que esvuma catinga, uns longos de carapina, e a indigência da barba"<sup>(6)</sup>.

Perguntando-se pelo lado do Brasil, se este se debatia sobre a fatalidade da miscigenação no âmbito da colonização portuguesa, como, então, a ex-colônia participou das Comemorações Centenárias de 1940, as quais apresentavam Portugal imperialista e colonialista, e ainda cunhou o signo da brasilidade com base na história da colonização portuguesa, alçando o português à raça originária da nação? Paulo Prado, em 1928, sumaria, em *Retrato do Brasil*, uma linha de pensamento brasileiro, que vai da segunda metade do século XIX ao começo do XX, na qual se reconhece a formação multirracial do Brasil e o medo de que a mistura das raças tenha marcado o caráter do povo brasileiro e sua condenação a uma degenerescência moral e física. Pessimista, Paulo Prado argumentou que a origem de nossa tristeza peculiar, uma espécie de exaustão pós-coito, estaria ligada à luxúria e à cobiça que caracterizavam o colonizador português<sup>(7)</sup>. Em *Paulinística*, Paulo Prado imaginou tecer em torno de Piratininga uma rede de relações que culminaria na idéia de que a força de São Paulo se fizera graças ao isolamento da influência da Metrópole e às qualidades superiores mestiças de forte ascendência indígena.

Para responder minimamente esta intrincada questão, e pensar como intelectuais brasileiros e portugueses forneceram explicações plausíveis para acomodar interesses recíprocos cruzados por interesses ambíguos, podemos começar sugerindo algumas hipóteses de base teórica, relacionadas às mudanças no meio científico ocidental, no que se refere à interpretação da raça como cimento da política

<sup>(5)</sup> Apud Élio Serpa, "Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, nº 39, 2000, pp. 82.

<sup>(6)</sup> *Idem*, p. 91.

<sup>(7)</sup> Paulo Prado, *Retrato do Brasil Ensaio sobre a tristeza brasileira*, 8ª ed., São Paulo, Cia. da Letras, 1997. (1.ª ed. 1928), p. 41.

nacional e internacional. A ciência da raça formulada pelo escopo biológico estruturou-se na segunda metade do século XIX, alcançou seu zénite na viragem do século e entrou em declínio na primeira metade do século XX, especialmente, no período entre-guerras, com a rejeição generalizada da superioridade germânica, e com a descrença nos parâmetros científicos da teoria racial para classificar as sociedades do mundo. Apesar das diferenças físicas entre orientais, brancos, negros, índios americanos, os antropólogos defenderam a idéia do relativismo cultural e da impossibilidade de uma taxionomia racial, baseada na superioridade ariana<sup>(8)</sup>.

Os estudos realizados sobre os mestiços já não autorizavam a crença vulgar de que fossem, moralmente, inferiores às raças, diga-se, às populações originárias, e a visão negativa, que não se cansara de alardear os efeitos deletérios dos cruzamentos raciais, foi cedendo lugar a uma interpretação que via a mestiçagem como formadora de carácter positivo. Sob a influência da antropologia cultural boasiana, especialmente, a oposição ao dogmatismo racial foi gestando nas artes e na escrita latino-americana o domínio da cultura para explicação das diferenças raciais. Passou a ser recorrente a crença de que "Não se pode fazer da raça, como pretendem os alemães, numa aceção justa do termo, a base exclusiva dos modernos Estados da Europa" <sup>(9)</sup>.

A partir daí, as diferenças entre os povos passaram a ser enquadradas nas categorias de nacionalidade e etnicidade, e os cientistas, especialmente os antropólogos e os médicos, fizeram proliferar os estudos culturais para caracterizar os habitantes da nação e o meio físico, cultural e social para explicar as causas da formação e da possibilidade de transformação. Os povos, escreveu Topinar, "são coleções humanas tais quais se apresentam à sua observação, no estado atual ou passado das coisas, sob os nomes de povos, tribus, hordas". Os tipos são concepções, as raças são concepções, só os povos, segundo o mesmo autor, são realidades. Estas realidades consistem em massas humanas reunidas por instintos, circunstâncias, afinida-

<sup>(8)</sup> Cf. Elazar Barkan, *The retreat of scientific racism. Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 3.

<sup>(9)</sup> A. A. Mendes Correia, "Raça e Continuidade Histórica", *Ocidente*, vol. 25, 1940, p. 163.

des. Aranzadi definiu povo como "uma coletividade humana possuidora duma certa unidade de cultura tradicional". Félix Régault introduziu, ao lado da raça, somato-biológica, a palavra etnia para significar um agrupamento humano definido por caracteres psíquicos, lingüísticos e culturais<sup>(10)</sup>. Enfim, a comunidade de território, raça, língua, cultura, religião, Estado, passou a ser analisada como o conjunto dos fatores de agregação étnica. Cada povo se individualizaria e se definiria perante os outros, quando os homens que o constituísse possuísem a consciência de que eram elementos de uma unidade étnica, social e cultural.

Estas premissas científicas sustentavam a nova ordem mundial, os pan-etnicismos, das primeiras décadas do século XX. Os nacionalismos étnicos, lingüísticos ou culturais, serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, económicos, destronando a velha ordem dos impérios coloniais. Falava-se em turkificação do Império Otomano, russificação das terras tzaristas; surgia o pan-germanismo, falava-se em pan-americanismo, em pan-eslavismo. A experiência austro-húngara reclamava que tinha só dois Estados, mas havia mais de dez nações históricas e outros vinte grupos étnicos, perfazendo cinqüenta e um milhões de pessoas possíveis de constituírem vínculos identitários. Os teóricos da Commonwealth defendiam a idéia de que, diante do anacronismo do mundo moderno, o progresso económico da nação-estado requeria a extensão de sentimentos nacionais sobre uma larga base territorial<sup>(11)</sup>.

A Grande Guerra e a Liga das Nações trouxeram consigo uma nova visão dos problemas coloniais. Vingava a teoria dos mandatos internacionais, representativa da tendência para transladar à Sociedade das Nações a soberania sobre os territórios coloniais. A idéia de que só podia ser mandatária a potência que dispusesse de dinheiro e de técnica para desbravar, valorizar e civilizar os países atrasados, ameaçava Portugal, ao tempo, considerado pobre, desgovernado e

<sup>(10)</sup> Estas referências eram tomadas pelo estudioso do povo português, o antropólogo Mendes Corrêa, para fundamentar sua rejeição ao purismo racial e conseqüente idéia de inferioridade de Portugal. A. A. Mendes Correia, "O Estudo do povo Português", *Ocidente*, voi. 1, 1938, p. 18.

<sup>(11)</sup> Cf. Mark Mazower, *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*, London, Penguin Group, 1998.

incapaz<sup>(12)</sup>. Para assegurar a perenidade do Império Colonial, Portugal tinha de estreitar cada vez mais as suas relações com as colónias, não só criando políticas pragmáticas para administrá-las com maior eficiência, como ainda vinha desenvolvendo a *política do atlântico*, ancorada na *política do espírito*<sup>(13)</sup>, uma política de identidade lusa entre Portugal, Brasil e Angola, defendendo o direito histórico lusitano sobre o Atlântico Sul.

O Brasil, a ex-colônia do outro lado do Atlântico, funcionaria como o "depositário e continuador da civilização portuguesa". O enaltecimento da ação portuguesa no Brasil, nação independente, democrática, moderna e promissora economicamente, conforme interpretações dos porta-vozes da *política atlântica*, além de possibilitar um melhor relacionamento entre a antiga colônia e a antiga metrópole na defesa de interesses práticos, tais como os relacionados com a imigração, mostraria à comunidade internacional a capacidade colonizadora de Portugal. A revelação da ex-colônia brasileira funcionaria como uma espécie de desmentido empírico de todos os que detravam a colonização portuguesa. O povo que "fez" o Brasil estaria igualmente habilitado para lançar a luz da civilização em África<sup>(14)</sup>.

O Brasil, por sua vez, encontrava-se também em pleno contexto nacionalista à busca da definição de seu povo, tentando por vários meios, especialmente, pelos debates em torno da língua falada e em tomo da literatura, afirmar a sua originalidade em relação à mãe-pátria. A história oficial aprendida na escola não era, e não é, uma história de harmonia com o país colonizador, nem de apologia à nossa origem portuguesa. A versão oficial nos apresenta Portugal no

<sup>(12)</sup> Cf. Rui Ferreira da Silva, "Sob o signo do Império", in Fernando Rosas (Coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930 -1960 )*, Lisboa, Presença, 1992, p. 357.

<sup>(13)</sup> Cf. Fernando Guedes, *Antônio Ferro e sua Política do Espírito*. Comunicação apresentada na Academia Portuguesa de História, 1997. A "política do espírito", do Secretariado da Propaganda Nacional de Portugal, cujo objetivo, explícito no discurso de Salazar na posse de seu diretor, António Ferro, era o de "Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações." (p. 10).

<sup>(14)</sup> Ver Catroga, *ob. cit*pp. 238-245.

papel de metrópole-colonizadora-dominadora-exploradora. O Brasil, desde os primórdios, para afirmar a nacionalidade, desenvolveu uma tradição anti-lusitana, expressão significativa da literatura nacional do século XIX. Manoel Bonfim, defensor da idéia de que o índio deveria ser o pivô de nossa nacionalidade, explicita este sentimento, discorrendo sobre o anti-portuguesismo no Brasil<sup>(15)</sup>. Independentemente dos motivos políticos, diz ele, tiranizados, espoliados, diminuídos pela metrópole apodrecida, os brasileiros tinham que acentuar e caracterizar o seu nacionalismo em oposição com o português. "Esta é a lei histórica"<sup>(16)</sup>.

Mas o discurso da lusitanização do Atlântico Sul, segundo seus defensores, contava com um aporte histórico indiscutível. "Subsistem por esse mundo fora, mais ou menos disseminados na massa de elementos de outras origens, genes provenientes de portugueses. Eles traduzem-se numa patente e notória somatologia no Brasil, na África e na Índia. [...] porventura irreconhecíveis, na Abissínia, na Birmânia, na Indo-China ou na China", declarou Mendes Correia<sup>(17)</sup>. Calculava, Sylvio Romero, que existiam 8 milhões de portugueses espalhados pela Europa, pela África, pela América, pela Oceania; que não seria exagero calcular em 16 milhões a população do Brasil; "são 24 milhões de vontades que se podem unir. Quando os outros se

<sup>(15)</sup> Manoel Bonfim, *O Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935. Analisou, Manoel Bomfim, que na população do Brasil, em 1822, a dose de sangue português era inferior a 30%. O negro, agregado ao colono, só podia ser contado para diminuir a proporção do sangue português. A raça amarela seria a que mais se distinguia: tom de pigmento, conformação craneana, ereção dos cabelos. Portugal colonizou o Brasil, mas não poderia ter sido o seu verdadeiro povoador, porque lhe faltava a matéria prima - gente na proporção necessária. *Idem*, pp. 10-12. "Feitas as gentes brasileiras - diz ele - tinha que se cavar uma separação definitiva, em tom de incompatibilidade. [...] Viemos de Portugal vasados numa abundante infusão de sangue, temperados de outras tradições, que, por simples, não eram menos vivaces; viemos dali, mas formamos nova tradição, distinta, diversa, cada vez mais diversa - ramo que se destaca, e mais se afasta quanto mais braceja e se estende para a vida". *Idem*, p. 94.

<sup>(16)</sup> *Idem*, p. 95

<sup>(17)</sup> A. A. Mendes Correia, "Raça e Continuidade Histórica", *ob. cit.*, p. 164.

unem, por que havemos nós de desunirmos"?(18). Dizia Sylvio Romero que a raça tinha atingido tal prestígio, que andava a operar maravilhas: dissolvendo aqui Estados e levantando-os ali, agindo como força centrípeta nuns casos e centrífuga noutros. Romero tomava o conceito de raça como "unidade que se faz pelo vigor do princípio étnico das nações", ou seja "no fato do alto significado moral da língua, das tradições e aspirações comuns"(19). "E como é que isso opera?" - perguntava. Todos deveriam entrar na faina. "Primeiro, os poetas com seu hinos patrióticos; depois, os historiadores e folcloristas, com suas pesquisas a cerca do passado da raça, dos grandes feitos do povo, das lendas e tradições, por último, os estadistas" devem encetar a campanha da lusitanização do Brasil. "Tudo quanto for tendente a aproximar o mais possível o português do brasileiro, para atraí-lo a continuar a colaborar na grande nacionalidade que criou no Novo Mundo", deveria ser posto em prática: fortes propagandas, tratados de comércio, convenções literárias, exposições hábeis e sugestivas dos produtos dos dois países lá e cá, vantagens especiais para o fim de "reatar o fio interrompido da imigração reinol"(20).

De fato, a campanha de aproximação entre os dois países, na primeira metade do século XX, contou com diversas iniciativas. Os eventos, além de "realmente acontecidos", eram recorrentemente citados, lembrados, reatualizados, ganhando a força de duplo efeito: o fato em sua realização físico-temporal-espacial, e o fato na sua condição simbólica, revitalizado no e pelo discurso de aproximação luso-brasileira(21). Embora houvesse "larga tradição comum", era

(18) Sylvio Romero, *O Elemento português no Brasil*, Lisboa, Cia. Nacional, 1902, p. 30.

(19) *Idem*, p. 14.

(20) *Idem*, p. 29.

(21) Citamos aqui os principais: o rápido reconhecimento da República portuguesa pelo Brasil, em 1910 e a instalação da embaixada de Portugal no Brasil; a criação da Cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1916; a épica travessia atlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, de aeroplano, em 1922; a viagem do Presidente da República Portuguesa ao Rio de Janeiro, por ocasião dos festejos da Proclamação da Independência do Brasil; o Acordo Ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura, em 1934; a visita de Júlio Cayola, Agente Geral das Colónias, ao Brasil, em 1937; a participação do Brasil nas

"lirismo", dizia-se, pensar que o futuro e o passado se encarregariam por si só da aproximação entre os dois países. Havia necessidade de extensa propaganda que resultasse na criação de uma *civilização atlântica*. Entre os portugueses, era preciso despertar o amor pela vida mental, pela arte, pela civilização brasileira; que os editores portugueses divulgassem os livros brasileiros; que os jornais encomendassem matérias escritas por brasileiros; que se divulgassem as tradições e os costumes idênticos; que se apoiasse a uniformização da língua; que tratados ou acordos comerciais fossem realizados; que portos francos e zonas francas fossem autorizados.

Em 1915, o poeta português, João de Barros, e o poeta brasileiro, João do Rio, fundaram a Revista *Atlântiãa*, "para que portugueses e brasileiros se conhecessem mutuamente". A *Atlântiãa*, que esteve em atividade por 5 anos, seria "como uma grande voz, de múltiplos ecos, a vibrar nas duas margens distantes do vasto oceano"<sup>(22)</sup>. Os objetivos: mostrar em Portugal "o que era o Brasil real diferente do Brasil caricaturado no minhoto enriquecido que volta à

Comemorações Centenárias de 1940; a criação da Sala do Brasil, em 1937, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, transformada, em 1941, em Instituto de Estudos Brasileiros; a Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, em 1941; a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, em 1941; a criação da Revista *Brasília*, em 1942, com o apoio do Instituto para Alta Cultura e do Secretariado da Propaganda Nacional; o aparecimento de outras Revistas, como a *Atlântiãa*, de João do Rio e João de Barros, e a *Atlântico*, como órgão do SNI e do SPN; de certa forma, as Revistas *Ocidente* (Revista Portuguesa, Diretor Manuel Múrias, criada em 1938, revista que se propõe a tratar dos assuntos relacionados com a "grande responsabilidade portuguesa nos destinos do mundo, depois da passagem do Cabo da Boa Esperança"); a *Nação Portuguesa* (Revista de cultura nacionalista. Inscreve no seu programa o estudo e a defesa da confederação ibero-americana. Criada em 1922, sob a direção de Antônio Sardinha. Com a morte deste, assume a direção Manuel Múrias. Dedicava um número especial ao Brasil - "Número Consagrado à Gloriosa Nação Brasileira", nº 11, 1923.); a *Lusitânia* (Revista de Estudos Portugueses - que se "consagra a unir portugueses e brasileiros, no amor da tradição e da língua comuns); *O Mundo Português* (Revista de Cultura e Propaganda - Arte e Literatura Coloniais), todas Revistas de cultura nacionalista, que ensinaram, estudaram, publicaram, pediram, aplaudiram, tudo que favorecesse a aproximação entre as duas Nações ou a criação da consciência da lusitanidade.

(22) Barros, *ob. cit.*, p. 76

terra de chapéu panama, calças brancas e corrente de relógio atravessado no ventre"; mostrar "um Brasil tumultuário, confuso, confiante, adolescente e vigoroso"; convencer o estadista português de que o futuro de Portugal estava diretamente ligado, não só às atuais colônias mas também e muito especialmente ao "bom e leal entendimento com o Brasil - porque só esse entendimento nos poderá dar predomínio económico sobre o Atlântico - *mare nostrum* - caminho único da nossa ambição e da nossa possível expansão". Ao Brasil, o objetivo era "despertar a simpatia pelos portugueses", e "extinguir o ciclo retórico do *mata-galego*"<sup>(23)</sup>. A *Atlântida* seria o "órgão de aproximação recíproca", o "fluido animador" para convencer gentes e, especialmente, estadistas da importância do *Sentido Atlântico*<sup>(24)</sup>. Digamos, muito mais importante para Portugal do que para o Brasil. Portugal apresentava fortes interesses, especialmente, relacionados à situação dos imigrantes no Brasil e à defesa de seu império colonial, que "parecia preso à sorte de uma batalha que mobilizasse mais os espí-

(23) Depois do grande incentivo à imigração europeia no Brasil, nos finais do século XIX, ainda ao tempo do Imperador D. Pedro III, a situação muda nas primeiras décadas do século XX. O crescimento urbano, especialmente no Rio de Janeiro, com todas as conhecidas conseqüências, ficaram a mercê de muitas dificuldades e do controle policial. No Rio de Janeiro, a concorrência por emprego constituía um campo de conflito entre os nacionais e os estrangeiros, especialmente os portugueses que se destacavam numericamente. Ver: Sidney Clalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

(24) Barros, *ob. cit.*, p. 75. A Revista indicava meios para se criar entre as duas repúblicas "st intimidade de relações que a língua, as tradições, os costumes, a sensibilidade e a idêntica inspiração latina que as duas civilizações irmãs suscitavam"; reclamava por iniciativas, insurgia-se contra o murmurado "receio de uma nefasta influência brasileira em Portugal", ou o receio "remoto e fantástico do imperialismo brasileiro"; reclamava da concorrência que Portugal vinha sofrendo no Brasil com os imigrantes alemães e italianos; lembrava que o Brasil era, naquele momento, objeto da mais intensa corte por parte dos países aliados (pp. 80-83). E vaticinava: Se esquecessem o Brasil, quebrariam, além de todos os laços de ordem intelectual e de sensibilidade, também os laços de caráter prático: os "cinco ou seis mil contos" que todos os anos eram enviados a Portugal pelos emigrantes; grande parte da vida comercial industrial; mais da metade do mercado literário e artístico, entre outros (p. 88).

ritos do que os corpos na criação de uma consciência imperial. Portugal não é uma Nação, Portugal é um Império"<sup>(25)</sup>.

Em 1923, a portuguesa Ana de Castro Osório, poetisa, grande oradora, autora de contos infantis, livros escolares e ensaios de Ciências Sociais, percorreu o Brasil, visitando as colônias portuguesas, "numa campanha luso-brasileira". Das conferências realizadas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Curitiba, São Paulo, resultou a publicação de um livro que ganhou o título de *A Grande Aliança (A minha propaganda no Brasil)*. Em tom vibrante, emocionante, quase às lágrimas, começava por homenagear a memória de todos os que já se foram, "vencidos pela vida", "aqueles da nossa raça, que antes de nós vieram marcar com o seu sangue generoso, e com a fé e a bravura indômita duma coragem extra-humana, a posse admirável desta terra de enlevo para o nosso sangue, para a nossa língua, e para o orgulho da nossa alma lusíada!.."<sup>(26)</sup>. Em seu discurso flamante, fazia ver que "o fenômeno luso-brasileiro é, perante a História Universal, um dos mais interessantes sob o ponto de vista étnico". Brasil e Portugal eram "dois ramos da mesma árvore"<sup>(27)</sup>. Até mesmo após a Proclamação da Independência - processo "natural", dadas as características da raça que o povo português imprimiu - a imigração "manteve ininterruptamente o curso do rio de sangue, que era preciso para fazer desta imensidão uma pátria nossa irmã, uma pátria lusitana..."<sup>(28)</sup> "Façamos, pois, a Grande Aliança dos povos lusitanos"<sup>(29)</sup>.

<sup>(25)</sup> *Idem*, p. 197.

<sup>(26)</sup> Ana de Castro Osório, *A Grande Aliança (A minha propaganda no Brasil)*, Lisboa, Edições Lusitânia, 1924, p. 9.

<sup>(27)</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>(28)</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>(29)</sup> *Idem*, p. 37. Ana de Castro Osório, falava aos homens, e dirigia-se, especialmente, às mulheres, "da nossa raça", de Portugal e do Brasil, para demonstrar "a persistência das qualidades excelsas da raça através da ação feminina, na educação, na assistência social - e citava vários exemplos de mulheres que se destacaram na história da colonização portuguesa no Brasil. Com as mulheres portuguesas teriam vindo para o Brasil as artes, as indústrias caseiras, a doçaria variada, as rendas de bilro, as maneiras, os convívios, o viver em família, a língua; a mulher brasileira e a lusitana "é elemento fixador das raças!..." "Por ela, a família se prende a terra e os filhos se ligam ao longínquo passado... (p. 42 ss.) A mulher" portuguesa,

Em 1932, foi nomeado para Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Mello, "figura proeminente do Portugal Novo", "nacionalista ardoroso", "pioneiro da Idade Nova Portuguesa"<sup>(30)</sup>. Embora a campanha luso-brasileira circulasse já nos meios literário, político e intelectual, desde o início do século, o Embaixador Martinho Nobre de Mello foi personagem proeminente na arquitetura da aproximação entre Portugal e o Brasil. Em 1937, abriu o ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores e pelo Liceu Literário Português, que tratou das relações culturais entre as duas nações "que falam a mesma língua, que provém do mesmo tronco racial, que hauriram nas mesmas fontes culturais a seiva de sua literatura e de seu pensamento,..."<sup>(31)</sup>. Recebido por Gustavo Barroso, no salão da Biblioteca do Palácio do Itamarati, fez a conferência intitulada "Intercâmbio Cultural entre Portugal e o Brasil" para abrir o Seminário, lançando um plano de atividades entre os dois países: missões docentes, intercâmbio de alunos, patrocínio de revistas, prêmios escolares, bolsas de estudos, serviços de informação, etc.<sup>(32)</sup>.

Outro fato significativo na campanha luso-brasileira foi a presença de Júlio Cayola, Agente Geral das Colônias, no Brasil, durante 5 meses, em 1937, debaixo de "calorosas recepções das camadas cultas brasileiras e das colônias portuguesas do Rio de Janeiro e de São Paulo". Os objetivos: fazer a propaganda do Império Colonial Português e da obra nacionalista do governo de Salazar; expor a obra cultural da Agência Geral das Colônias e adquirir informações económicas que pudessem contribuir nas relações entre o Império e a

"pertencendo a uma raça extensiva e forte", amava com mais ardor a sua terra e sentia mais forte o orgulho da raça "para que o filhos levem bem vincado no seu sangue, bem impresso na alma o grande sentimento da Pátria... (p. 69). A mulher brasileira, portadora também do sentimento de Nação, "é ela que fixa o imigrante", portanto "é a continuadora das qualidades da raça" portuguesa no Brasil. "Ambas são irmãs no sentimento, ambas são grandes no desempenho da missão da raça." (p. 70).

<sup>(30)</sup> Júlio Cayola, *Brasil - Terra Lusíada*, Lisboa, MCMXLII, 1942, p. 19.

<sup>(31)</sup> Martinho Nobre de Mello, *Intercâmbio Cultural entre Portugal e Brasil*, Rio de Janeiro, Edição do Liceu Literário Português, 1939, p. 5.

<sup>(32)</sup> Martinho Nobre de Mello, *Intercâmbio Cultural entre Portugal e Brasil*, Rio de Janeiro, Edição do Liceu Literário Português, 1939.

Nação irmã. No intuito, organizou a *Exposição Bibliográfica Histórica da Ocupação*, para mostrar a "ação civilizadora de Portugal", no átrio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que por uns dias transformou-se no "solar da Raça", nas palavras de Afrânio Peixoto, por onde desfilarão "centenas de intelectuais brasileiros por este mostruário de livros e publicações". A Exposição fora organizada em Ciclos Históricos que mostrassem a trajetória progressiva da civilização portuguesa: Ciclo das Navegações e Descobrimentos, Ciclo da Restauração - A Restauração e o Império Colonial Português -, Ciclo da Ocupação e Propagação da Fé. As palestras de Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso, Hélio Viana e Bernardino José de Sousa, despertaram, na ocasião, grande interesse do público<sup>(33)</sup>.

A *campanha luso-brasileira* foi coroada na participação do Brasil nas Comemorações do Duplo Centenário de Portugal, da Fundação e da Restauração, em 1940. O apelo de Salazar para que o Brasil - único país independente convidado - participasse não só como país visitante, mas como país irmão para receber as homenagens, e a resposta positiva de Vargas: o "Brasil vai participar não como visitante mas como membro da família que, embora politicamente dela separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade", selara a comunhão entre as duas Nações<sup>(34)</sup>.

Para firmar a aliança, no ano seguinte, Portugal "deslocou-se" ao outro lado do Atlântico, com o envio da Embaixada Extraordinária, em agosto de 1941. Neste mesmo período, a convite do governo brasileiro, encontrava-se no Rio de Janeiro, António Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional. O objetivo de sua visita ao Brasil era, antes de mais nada, difundir junto às autoridades brasileiras e dos membros da Colónia Portuguesa do Rio de Janeiro e de São Paulo uma mensagem positiva das realizações do governo de Salazar, principalmente no que se referia a "Criação do Mundo Atlântico"<sup>(35)</sup>. O grande momento desta visita foi, porém, o da assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, perante o Presidente Getúlio Vargas, por António Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, por

(33) Cf. Júlio Cayolla, *Brasil - Terra Lusíada*, Lisboa, MCMXLII, 1942.

(34) Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, p. 165.

(35) *Idem*, p. 168.

Portugal, e Lourival Fontes, Diretor do Departamento da Imprensa e Propaganda do Brasil.

Atendendo a uma das cláusulas do Acordo, criou-se a Revista *Atlântico*, em 1942. No editorial de abertura da *Atlântico*, António Ferro apresentava a razão da existência da Revista e de sua designação. "Tor que chamamos Atlântico à nossa Revista?" Porque fala do "Lago Lusitano", da "terra comum", do "traço de união". "Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes... Mas existe também, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o *mare nostrum*, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita...". Pelo Brasil, Lourival Fontes apresentava a Revista, falando em "unidade espiritual" e da "renovação dos laços de solidariedade histórica", entre Brasil e Portugal. Citava as palavras de Getúlio Vargas, pronunciadas em 1934, quando da inauguração do Instituto Cultural Luso-Brasileiro: "Não nos prende, neste momento, nenhum elo de subordinação ou de vassalagem, quer de ordem económica, quer de ordem intelectual, quer de ordem política ou de qualquer outra espécie. É, apenas, a aproximação espontânea, pelo vínculo da fraternidade que nos uniu no passado e que projeta as duas nações para o futuro, entrelaçadas no ideal de um progresso comum" (36).

#### *A reabilitação do português no Brasil*

A procura de um carácter nacional, ou da identidade nacional, do Brasil Independente, foi uma problemática constantemente presente entre os intelectuais brasileiros. A existência da Nação deveria ser algo indiscutível, mas aonde residiria sua unidade? Cabia à literatura e à historiografia indicarem as suas peculiaridades. A historiografia, praticada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tentava corresponder à expectativa da configuração da Nação pela escrita de uma história que criasse referenciais de sustentação à continuidade europeia. A literatura, por sua vez, vista como expressão e, consequentemente, como prova da existência da Nação, assumia não só o seu carácter "nacional", pela diferença que tentava estabelecer com a literatura da antiga metrópole, e ainda pela função

(36) *Atlântico*, nº 1, 1942, pp. 2-3.

política que assumia na tentativa de enquadrar o Brasil no mundo civilizado.

O Romantismo, que esteve na base dos nacionalismos europeus no século XIX, no Brasil constituiu um fundo sentimental e intelectual anti-lusitano para a formação da identidade brasileira, elegendo o índio para modelo nacional. No entanto, se na Europa, a ida à natureza era um estímulo a auto-reflexão libertadora, tanto para manter o otimismo no progresso da fraternidade e da igualdade humanas, quanto para manter o ideal de autonomia da arte no seu caráter de rebeldia contra a sociedade instituída, no Brasil, isso seria inimaginável. Contando com o estímulo do Imperador e produzido por homens que sonhavam com o mundo civilizado europeu, o contato com a natureza teria de assumir outro rumo: um êxtase ante a selvagem maravilhosa, embora algum tom de revolta viesse a passar no período posterior a Gonçalves Dias<sup>(37)</sup>. No Brasil, o mal-estar presente não significava um mal-estar diante da sociedade moderna, mas a insatisfação com a não realização da modernidade. Se a natureza encantava com sua variedade de formas e cores, a sociedade aparecia como pequena e mesquinha. Se para o Romantismo europeu, mesmo a coleta de lendas e costumes fazia parte da dialética negativa com o presente, no Brasil servia de estímulo para o exotismo do poeta que, com formação e experiência européia, demonstrava sua superioridade ao inserir seu desprezo pelos costumes e "usanças" da terra, apresentados como paródias culturais do atraso endêmico.

Pelas teorias raciais vigentes, o Brasil era tido como degenerado, "uma *bela* amostragem de barbárie, de ilusionismo barroco<sup>(38)</sup>. "Tratava-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia"<sup>(39)</sup>, queixava-se o conde Arthur de Gobineau, que permanecera no Brasil entre 1869 e 1870, como representante diplomático da França. Pela identificação que fazia

<sup>(37)</sup> Cf. Luís Costa Lima, *O Controle do Imaginário*, São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 134-135.

<sup>(38)</sup> Na acepção de Ferdinand Dinis (1824). *Apud* Luís Costa Lima, *O Controle do Imaginário*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 132.

<sup>(39)</sup> Georges Raeders, *O Inimigo cordial do Brasil: O Conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 96.

entre civilização, história e raças brancas, Gobineau, "the father of racist ideology" (40), mostrava-se pessimista quanto ao futuro da América do Sul, onde os cruzamentos raciais e a degradação dos grupos europeus levariam à irremediável decadência(41).

A estadia de Gobineau no Brasil, contribuiu para confirmar a opinião negativa a respeito da miscigenação brasileira. Definir ou interpretar a Nação, significava, para os intelectuais brasileiros, lidar com as questões desconfortáveis do cruzamento racial. Sociólogos, historiadores, naturalistas e médicos vivamente empenharam-se em estabelecer a discriminação dos caracteres diferenciais das três raças formadoras da nacionalidade brasileira: a africana, a americana e a caucásica. Os médicos, tendo como maior representante Nina Rodrigues, trataram de observar a reação dos "vários tipos antropológicos", ou seja, tratar da "diferenciação psicológica das raças", diante dos estímulos sociais ou geográficos: "cada qual parecia ter uma individualidade própria, uma maneira peculiar, uma forma específica de reação"(42). E, não viam com bons olhos a mestiçagem, alardeando os efeitos deletérios dos cruzamentos raciais, atribuindo-lhes as mazelas, as doenças, as fraquezas físicas e mentais, e, conseqüentemente, a degeneração racial.

Os intelectuais da geração de 1870, em seu racionalismo anti-romântico, construíram uma etnografia hierarquizada em que o negro era apresentado como superior ao indígena, e o branco como mais evoluído do que ambos. Adotando, de modo geral, um ponto de vista arianista(43), estabeleciam distinções no

(40) Elazar Barkan, *The retreat of scientific racism. Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 16.

(41) Cf. Roberto Ventura, *Escritores, Escravos e Mestiços em um País Tropical. Raça e natureza na cultura brasileira (1825-1933)*, São Paulo, USP, 1988, tese de doutoramento, p. 191.

(42) Oliveira Viana, *Raça e Assimilação*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, p.16

(43) Cf. Roberto Ventura, *Escritores, Escravos e Mestiços em um País Tropical. Raça e natureza na cultura brasileira (1825-1933)*, São Paulo, USP, 1988, tese de doutoramento. Até 1910 apenas intelectuais isolados, como Araripe Jr., Manoel Querino e Manoel Bonfim protestaram contra a incorporação de teorias racistas europeias, p. 196.

interior da raça branca, dividindo-a em diversos ramos: enquanto os germanos, eslavos e saxões caminhariam para o progresso, outros grupos como os celtas, latinos, iranianos e hindus apresentariam claros sinais de decadência. O português, considerado o principal elemento da população brasileira, seria a resultante do cruzamento entre diversos povos da península Ibérica, principalmente de iberos e latinos. Enquanto povo de origem latina, apresentaria a impossibilidade orgânica de produzir por si, estando relativamente incapacitado para a civilização, ainda que de modo menos acentuado do que as raças negra e indígena. No entanto, como portador de gene branco era também portador da superioridade em relação ao índio e ao negro, e, portanto, portador da possibilidade de embranquecer o país. A exemplo de Sylvio Romero, ao se refutarem alguns aspectos das concepções racistas e evolucionistas, como as concepções arianistas a cerca do hibridismo e da degenerescência do mestiço, passou-se, então, a valorizar a mestiçagem enquanto fator de diferenciação nacional e ver, assim, na valorização do português, branco e aberto à assimilação, a saída para o aperfeiçoamento do brasileiro<sup>(44)</sup>.

Sylvio Romero, na Conferência que pronunciou no Real Gabinete Português de Leitura, fez uma entusiástica apologia do colonizador português. Exaltou a afirmação da história da colonização portuguesa no Brasil, para que os brasileiros não se transformassem em teuto-americanos, anglo-brasileiros, ítalo-brasílicos. "Essas gentes [os portugueses] que habitaram em épocas imemoráveis o solo da Península Ibérica, que lutaram contra fenícios e cartagineses, romanos, árabes, os franceses de Napoleão"<sup>(45)</sup>, deveriam ser alçadas à raça originária da nacionalidade brasileira. Nas suas considerações, Sylvio Romero indicava o pan-germanismo, o pan-eslavismo e o pan-americanismo, como partes da nova re-colonização<sup>(46)</sup>. E para fazer frente a este "moderno imperialismo", era conveniente fortalecer no Brasil o "elemento português". "Dos portugueses não temos apenas a imitar o exem-

<sup>(44)</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>(45)</sup> Sylvio Romero, *O Elemento português no Brasil*, Lisboa, Cia. Nacional, 1902, p. 13.

<sup>(46)</sup> *Idem*, p. 4.

pio; é mister unirmo-nos a eles, chamá-los o mais possível a colaborar conosco"<sup>(47)</sup>.

Para Sylvio Romero, sem sombra de dúvida, era o português a raça que se destacava na vida brasileira, no "papel histórico, político, lingüístico, civilizador, moral e social". No empenho, então, de acautelar-se diante dos imperialismos europeus fundamentados nas identidades étnicas, e o medo de desintegração interna nacional, o "elemento português", cada vez mais, deveria ser reforçado no Brasil. Era a gente que mais convinha ao Brasil, tanto pela base cultural que implantou - a língua por si só já era uma "justa razão" para se firmar o nacionalismo em bases lusas -, como - e este era o foco da Conferência de Romero - pela qualidade racial portuguesa: o português teria a qualidade de aliar-se às raças que encontrava nas colônias. Era o que melhor convinha às condições de extensa mestiçagem que se desejava para o Brasil no curso do branqueamento. O gene branco, mais forte, seria portador da possibilidade do aperfeiçoamento racial<sup>(48)</sup>.

<sup>(47)</sup> *Idem*, p. 10. A política de aglomerar os alemães no Sul do país, na análise de Sylvio Romero, constituíra-se em imenso erro (p. 20). Nas suas análises, o país vinha gastando milhares e milhares de contos de réis para atrair massas de "escolhida raça", "cujos poderosos e compactos núcleos (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), inassimilados", constituíam problemas na "solução de continuidade do território da pátria" (p. 31). A "italianização" de São Paulo, para Sylvio Romero, seria um pouco mais aceitável, sendo os italianos "mais assimiláveis", "gente de mais fraca resistência étnica, atenta a maior propensão que mostram em cruzar com os filhos da terra". O elemento germânico, pelo contrário, "superiormente dotado sob o ponto de vista das qualidades étnicas", "consideravam os brasileiros inferiores a si", e a "experiência mostrava" que não se deixavam assimilar e nem diluir (p. 44). Também na sua *História da Literatura Brasileira* avultam páginas em que Sylvio Romero explicita sua contestação à política migratória no Brasil. Especificamente, publicou um opúsculo sob o título *A Imigração e o Futuro do Povo Brasileiro*.

<sup>(48)</sup> Junto a esta premissa, acreditavam, os seguidores da tese do branqueamento, num baixo crescimento demográfico entre as populações de origem africana, pelo mecanismo da baixa natalidade e alta mortalidade. Consequentemente, da introdução de gotas e gotas de sangue branco nas veias do povo brasileiro e do baixo crescimento demográfico da população negra, estimava-se um processo de branqueamento. Para S. Romero, o processo levaria de três a quatro século. A estimativa de Lacerda era mais

Surge, portanto, uma saída "brasileira" para o problema étnico: fundir para integrar e extinguir as raças tidas como inferiores. O mestiço, de raça degenerada, passou a eixo simbólico da unidade nacional. A Eugenia se encarregaria do aperfeiçoamento e embelezamento da raça. Foram amplos os estudos para identificar os fatores "empobrecedores" do povo brasileiro. Fatores geográficos, sociais, climáticos, especialmente étnicos, os quais impediriam a formação de um tipo único, mas sem dúvida havia um tipo em formação, cuja tendência era a arianização<sup>(49)</sup>.

### *Reaportuguesar o Brasil*

A Geração de 1870 em Portugal também descobrira os Árias. Teófilo Braga percebera a história universal como um percurso que elevou os Árias "à hegemonia perpétua da humanidade". O ele-

"otimista": para ele a tríplice desapareição do negro, do índio e do mestiço necessitaria apenas um século. No I Congresso Internacional das Raças, em Londres, em 1911, Lacerda apresentou o trabalho *Os métis ou mestiços do Brasil* e defendeu a tese de que "contrariamente à opinião de muitos escritos, o cruzamento do preto com o branco não produz geralmente progénie de qualidade intelectual inferior". O que questiona não é propriamente o pressuposto da inferioridade das raças não-brancas, mas basicamente a desvalorização do mestiço: "Não pôr o métis ao nível das raças realmente inferiores". (Ventura, *ob. cit.*, pp. 197-198). Para Oliveira Viana, o futuro brasileiro mostrava, através das tendências das estatísticas, que o seu tipo antropológico seria o ariano modelado pelos trópicos". *Apud* Hernani de Irajá, *Morfologia da Mulher. A Plástica Feminina no Brasil. Estudos Brasileiros*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1937, p. 73.

<sup>(49)</sup> Ver Maria Bernardete Ramos Flores, "A Política da Beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasílica", *Diálogos Latinoamericanos*. (1/2000), Aarhus/Dinamarca, Centro de Estudos Latinoamericanos, 2000, pp. 88-109. Divididos em *maus* ou *bons*, os mestiços profundamente degenerados, ou seja, os absolutamente enfermos, alcoólatras, loucos, epilépticos, não teria outra solução a não ser sua separação da parte boa da nação. A Medicina Legal e o Direito, às vezes convergindo no método e no discurso, às vezes, em conflito, se encarregariam do melhoramento da prole dos mestiços suscetíveis de aperfeiçoamento racial. O método seria a seleção conjugal através da criação de leis restritivas que impedissem os casamentos indesejáveis, pela exigência de exames de sanidade dos nubentes, cuja decisão final da habilitação dependeria do médico.

mento rácico-ariano foi igualmente forte em autores como Correia Barata, Adolfo Coelho, Júlio de Vilhena, etc. Antero de Quental, apesar de partir de premissas filosóficas e de objetivos diferentes, acabou por aderir, dentro de certos limites explicativos, às teses arianas. Oliveira Martins teceu a história de Portugal à gesta mundializadora da raça indo-européia, sobretudo, de seu ramo ariano. A raça moçárabe, inventada por Teófilo Braga, como matriz da idiossincrasia do povo português, seria o resultado da miscigenação de povos celtas, de colonos romanos, de origem germânica, de tribos berberes, etc., cujo caldeamento, de dominância ariana, dera origem a um grupo étnico específico (o moçárabe)<sup>(50)</sup>.

Para rebater a imagem de fealdade do português que corria no estrangeiro, Zeferino Cândido, em 1877, afirmou: "se somos feios, se a nossa organização é disforme, é que nossos pais cuidavam do engrandecimento da pátria, estendendo-lhe os domínios... Não somos uma raça de cor"<sup>(51)</sup>. Outros protestos o seguiram, mas, entretanto, a idéia segundo a qual a raça portuguesa acusava uma acentuada marca física e mental de sangue negro, difundiu-se como imagem de Portugal, embora os estudos sobre a raça em Portugal, após a chamada Geração de 70 não avancem muito nos debates.

Foi sob o aporte nacionalista eugenista que as discussões em tomo da definição do povo português foram retomadas. Nos anos 20, 30 e 40 do século XX, até um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em todo o mundo Ocidental, era dinâmico e prolífero o debate nacionalista associado ao racismo. Havia, segundo, Daniel Dreuil um *engagement massif* na Europa, especialmente do Norte, e nos EUA. Em Portugal, os debates em tomo da Eugenia como suporte da redenção das raças nacionais, também se fizera notar. A face "espartana" do darwinismo social, em Portugal, não fora sufragada, mas a eugenista galteana teve algum impacto no plano da luta pela boa descendência, instruída pelo postulado da hereditariedade ou da transmissão dos traços físicos e psicológicos inatos ou

<sup>(50)</sup> Fernando Catroga, "Moçárabes e arianos na formação de Portugal", in L.R. Torgal, J. A. Mendes, F. Catroga, *História da História de Portugal* Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 120-121.

<sup>(51)</sup> *Apud* Ana Leonor Pereira, "Eugenia em Portugal?", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 20, 1999, p. 538.

adquiridos<sup>(52)</sup>. As discussões em tomo do caráter do povo Português retomavam, neste contexto, os fundamentos teóricos da raça portuguesa lançados no século XIX por Teófilo Braga, Oliveira Martins e outros.

O antropólogo-eugenista, Professor Antônio A. Mendes Correia, personagem envolvida com a campanha de aproximação luso-brasileira<sup>(53)</sup>, foi um dos maiores propulsores das idéias eugênicas<sup>(54)</sup>, em Portugal. À frente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, era um estudioso das questões raciais, elogiado por Oliveira

<sup>(52)</sup> Ana Leonor Pereira, "Eugenia em Portugal?", *Revista de História da Ideias*, Coimbra, vol. 20, 1999, pp. 534-538. A Eugenia em Portugal não se traduzira na defesa de meios eugênicos radicais como a esterelização artificial preventiva, a eliminação de recém-nascidos e a formação de uma elite procriadora. O caso português revela uma semelhança com o eugenismo francês, na subordinação do espírito eugenista ao campo do higienismo. A consciência médica portuguesa se empenhava fortemente na luta pelos impedimentos patológicos do casamento, mas, juridicamente, o contrato do casamento não esteve sujeito a qualquer exame médico pré-nupcial obrigatório. Apenas Egas Muniz ousou propor a esterilização para eliminar a hereditariedade mórbida, ainda assim, não em moldes demasiado alargados.

<sup>(53)</sup> Mendes Correia publicou na Revista *Brasília* e teve vários de seus trabalhos divulgados e publicados na Revista *Ocidente*, esta dirigida por Manuel Múrias, nacionalista e atuante na campanha do Renascimento do Império Português.

<sup>(54)</sup> No dizer de Mendes Correia, era "urgente e indeclinável pôr em prática entre nós os princípios racionais da eugenia positiva [...], da eugenia negativa [...] e da eugenia preventiva [...]. Estabeleça-se o pedigree das famílias, a segregação dos criminosos recidivistas, a esterelização e o neomalthusianismo, em casos de grandes taras e doenças profundas, o exame ante-nupcial com regulamentação sanitária do casamento, a propaganda popular e escolar da eugênica (incluindo a educação sexual e a profilaxia anti-venérea), a proteção às gestantes, a regulamentação médica da imigração; enfim, a luta contra todos os fatores disgenizantes (alcoolismo, uso de alcaloides, prostituição, etc.). Entendia que a inaptidão bio-social era uma questão constitucional-germinal, isto é, hereditária, e, por isso, mostrava-se céptico relativamente aos meios higienistas e terapêuticos de combater a degenerescência da raça portuguesa. Ver Ana Leonor Pereira, "Eugenia em Portugal?", *Revista de História da Ideias*, Coimbra, vol. 20, 1999, pp. 576-578.

Viana quanto ao seu brilhantismo nesta área<sup>(55)</sup>, defensor e propagador da eugenia na defesa do melhoramento da raça portuguesa.

Considerava, Mendes Correia, de alto interesse nacional e científico para o país, os exemplos da Alemanha, Itália, Suécia, etc., que organizavam seus institutos de biologia racial, comissões e congressos para o estudo das ciências da população. "A raça - dizia ele - é uma realidade e um dos fatores que intervêm no curso da história e na vida dos povos. Negar este asserto, negar mesmo que existe uma certa hierarquia das nações e dos povos, relacionada com diferenças raciais, é negar a evidência" "As raças são realidades profundas e estruturais que determinam diversos comportamentos morais e sociais, o que nenhum político ou administrador deve desconhecer, mormente em países em que se acotovelam indivíduos de várias raças e sobretudo nos países coloniais em que há a contar com elementos raciais diferentes dos da metrópole" <sup>(56)</sup>.

Para Mendes Correia, os juízos que se fizeram sobre a raça portuguesa, tanto por nacionais como por estrangeiros, foram, na maioria das vezes, superficiais, apressados e excessivos em generalizações. "O que se pode dizer sobre a desenvoltura com que Teófilo Braga inventou uma raça... a moçarabe?"<sup>(57)</sup>. Nas conclusões de Mendes Correia, a relativa homogeneidade somática da população portuguesa não era tal que se pudesse admitir a unidade de uma

<sup>(55)</sup> Oliveira Vianna o elogia pela dedicação aos estudos antropológicos em Portugal, lamentando o fato de não haver no Brasil igual suporte na continuidade dos estudos raciais empreendidos ao tempo de D. Pedro II. Vianna, *ob. cit.*, p. 143

<sup>(56)</sup> A. A. Mendes Correia, "O Estudo do povo português", *Ocidente*, Revista Portuguesa Mensal, vol. I (1), 1938, pp. 13-19. Na Comunicação "Fatores degenerativos na população portuguesa e seu combate", Mendes Correia reclamava que vinha, há anos, chamando a atenção para os resultados das inspeções médicas do recrutamento militar, refugando mais de 50% dos jovens, inaptos para os serviços militares. Alertava que se requeriam medidas de higiene e de moralização intensas do povo, e que várias organizações, neste sentido, já vinham atuando, como as Tutorias da Infância, a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães, o Serviço Social, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, algumas sociedades de Educação Física, a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos, criada por iniciativa do Prof. Eusébio Tamagnini, da Universidade de Coimbra. (Segunda secção do *Congresso Nacional de Ciências da População*, Porto, C.N.C.P., 1940, pp. 8-9).

<sup>(57)</sup> *Idem*, p. 20

origem. Com o deslocamento do conceito ortodoxo de raça para a inclusão da dimensão social e cultural, Mendes Correia adotou a perspectiva etnicista. "Podia falar-se em etnia portuguesa, e não de uma raça portuguesa", mas ainda assim, segundo ele, "mesmo sem apresentar uma perfeita homogeneidade antropológica" "a população portuguesa é das mais homogêneas da Europa, a despeito da presença de judeus, ciganos, negros africanos e outras populações de além-mar". Quanto aos judeus, a endogamia, a expulsão por D. Manuel, a ação da Inquisição sobre eles, as restrições legais que foram impostas, etc., teriam concorrido para a não-influência significativa na etnogenia portuguesa. O mesmo teria acontecido com os ciganos. Quanto aos negros e a outras populações ultramarinas, estava provado, segundo Mendes Correia, que, "apesar das sucessivas importações desses elementos étnicos, foi muito mais insignificante do que muitos estrangeiros têm afirmado, a influência etnogênica dessas raças exóticas na população portuguesa"<sup>(58)</sup>.

No *Congresso Nacional de Ciências da População*, em 1940, Mendes Correia dizia que se no Brasil e nas colônias, havia um mestiçamento intenso de portugueses com raças exóticas, felizmente no Portugal metropolitano, este fenômeno era raro. Mas isso, dizia ele, era a consequência das políticas que eliminaram muitos dos antigos elementos alienígenas. "A pureza do sangue português metropolitano deve ser mantido, pois é uma condição essencial da continuidade histórica e moral da Nação"<sup>(59)</sup>. O mestiço, biologicamente, não é igual às raças originárias. O mestiçamento indefinido e generalizado, portanto, traria fatalmente o abastardamento do património germinal de origem e poria em risco a continuidade da existência e do papel histórico do povo português<sup>(60)</sup>.

Assim, considerava que a política colonial de incorporação dos indígenas, pela fusão dos portugueses idos da metrópole com as populações nativas, era enganosa. "Populações coloniais com doses consideráveis de sangue português, são avessas à soberania de

<sup>(58)</sup> A. A. Mendes Corrêa, "A Raça", *Ocidente*, Revista Portuguesa Mensal, vol. II (6), 1938, pp. 338-442.

<sup>(59)</sup> Segunda secção do *Congresso Nacional de Ciências da População*, Porto, C.N.C.P., 1940, p. 9.

<sup>(60)</sup> A. A. Mendes Corrêa, "Raça e continuidade histórica", *Ocidente*. Revista Portuguesa Mensal, vol. IX (25), 1940, pp. 163-165.

Portugal."<sup>(61)</sup> Melhor seria seguir os exemplos da Inglaterra, França e Itália, que não procuravam manter a unidade política dos seus domínios pelo cruzamento dos elementos metropolitanos com os naturais, concluía Mendes Correia.

Sem abandonar ou comprometer seu suporte teórico em tomo da política eugênica, Mendes Correia conciliava seu envolvimento na campanha luso-brasileira com seus preceitos teóricos raciais. Para ele, Brasil e Portugal, apesar de tantas afinidades históricas e destinos comuns, diferiam um do outro. Eram irmãos, na história e no sangue, mas diferentes. Em contato com "a terra e a gente brasileira, no Recife, na Bahia, no Rio de Janeiro", via o Brasil como "um colossal laboratório" etnográfico, no qual desfilavam sob sua "retina interessada e brasilófila", tipos "negróides, europeóides, ameríndias, toda uma vasta escala de intermediários, morenos, loiros, pardos, mulatos, amarelos, negros"<sup>(62)</sup>.

No Congresso Luso-Brasileiro, de 1940, em Portugal, apresentou um trabalho de "fundo acadêmico", resultado das duas viagens, "deliciosas jornadas", que fez ao Brasil, talvez "um texto um tanto árido", segundo suas palavras, mas que tratava do "alicerce fundamental da história", e que tinha como intenção, despertar a "consciência do valor da contribuição portuguesa na formação e progresso da grande Nação irmã". No momento, dizia ele, em que se discutia a participação da estirpe lusa na genealogia da atual população brasileira, "se era considerável e ativa, ou se reduzia-se apenas a uma ligeira impregnação", era importante um trabalho desapassionado, objetivo, científico, para mostrar, "até que ponto, em que doses, com que poder, o sangue dos portugueses metropolitanos gira nas veias da gente brasileira?"<sup>(63)</sup>.

Não era tarefa fácil a demonstração exata. Recorria aos intelectuais brasileiros. Rocha Pombo "considerou o português como o elemento étnico superior, numericamente predominante entre os brancos de Santa Cruz"; Euclides da Cunha "proclamou-o [o português] o fator aristocrático das gens brasileiras"; Sylvio Romero "afir-

<sup>(61)</sup> *Idem*, p. 165.

<sup>(62)</sup> A. A. Mendes Correia, "A Raça e o Espírito no Brasil", *Brasília*, 1942, p. 281.

<sup>(63)</sup> A. A. Mendes Correia, "O elemento português na demografia do Brasil", *Ocidente*. Revista Portuguesa Mensal, vol. XI (32), 1940, pp. 304-305.

mou ser o Brasil *Portugal transplantado e transfigurado na América* Afrânio Peixoto, em sua *História do Brasil*, "recordou a frase de outro historiador da grande nação, o inglês Southey - 'O Brasil será sempre uma herança do povo português'". Mendes Correia recorria a estas referências para contrapor "os fantasistas defensores do predomínio racial do índio na população brasileira" e, mais ainda, "os que preferiam a colonização holandesa à portuguesa" (64).

Pretendia, Mendes Correia, abandonar "os juízos sintéticos", dizia ele, e mostrar com números que "dos pequenos núcleos coloniais do século XVI, da evasão ao domínio dos Felipes, dos emboabas do ciclo minerador, do deslocamento da corte portuguesa para o Rio, da imigração constante e considerável após a abolição, da facilidade dos cruzamentos, duma natalidade intensa, podia perfeitamente resultar, apesar de uma letalidade relativamente elevada e dos retornos à metrópole, uma população tão numerosa como é a do Brasil"(65). "De certo o Brasil não é Portugal, nem mesmo um simples

H *Idem*, pp. 305-306.

(65) *Idem*, pp. 303-318. Mendes Correia apresenta o montante do contingente português na formação do Brasil. Ao proclamar-se a independência, havia 4 milhões de habitantes. Destes, só 843 mil seriam brancos, 628 mil eram mistos, 1.987.500 eram negros e 300 mil índios. Menos da metade, portanto, eram presumíveis portadores de sangue lusitano. Mas a proporção teria crescido com novos números trazidos à cena. Em 1830 computavam-se os brancos em 1.347.000, os mestiços em 1.748.000, os negros em 2.017.000 e os índios em 228.000. O censo de 1920 registra em 30 milhões de habitantes, 1.565.961 estrangeiros dos quais 433.567 são portugueses. 172.338 portugueses só no Rio de Janeiro, 64.687 em São Paulo, 12.083 em Belém, 9.483 em Niterói, 6.097 em Manaus, 4.172 em Recife. Diante destes números, segundo o autor, podia-se imaginar núcleos portugueses equivalentes ou maiores que algumas cidades de Portugal. E o número ainda poderia ser maior. Com as leis de grande naturalização de 1889 e de 1902, muitos portugueses de sangue converteram-se automaticamente em brasileiros e já não apareceram no cômputo dos estrangeiros. Ademais, para o cálculo das quotas da lei da imigração de 1933, já suspensas em relação a Portugal, computaram-se em 1.147.737 os portugueses compreendidos no total de 3.951.015 estrangeiros entrados no Brasil de 1884 a 1933. Nenhuma outra nacionalidade teria vantagem sobre a portuguesa, salvo a italiana com 1.401.335 indivíduos. E a sangria migratória de Portugal para o Brasil prosseguiria, embora menos considerável. Aumentou após a Proclamação da República em Portugal, diminuiu com a guerra de 1914, intensificou-se de novo e baixou no último decênio. No período, uma média anual de 28 mil.

prolongamento americano de Portugal", mas "são muitos os traços comuns aos dois países", "íntimos e indiscutíveis os laços de parentescos", declarou<sup>(66)</sup>. Não pretendia contestar a influência demográfica do ameríndio, do negro africano, dos alemães, dos italianos, dos japoneses, mas, para ele, não era difícil concluir que nos elementos branco e mestiço, o sangue português é predominante, levando em conta estritamente o significado bio-étnico.

Portanto, acreditava que deveria haver um revigoramento progressivo do portuguesismo brasileiro. Em vez de "arianização", ele diria, "aportuguesamento". "Reaportuguesamento", que não queria dizer regresso a uma identidade impossível. Nas veias da população brasileira, afirmava, circulava muito sangue que não era português e que jamais poderia eliminar-se. Mas no conjunto, o fator germinal luso encontraria possibilidades de reintegração, com mais perfeito ajustamento aos outros elementos raciais e ao meio<sup>(67)</sup>.

Mendes Correia não estava pregando nenhuma heresia teórica ao defender o "aportuguesamento" do Brasil. As noções de raça, etnia, cultura e de corpo humano que circulavam em seu tempo lhe permitiam encontrar explicações plausíveis para esta formulação. Apesar de permanecer fiel à defesa da pureza racial em Portugal, demonstrava que vinha assimilando as correntes relativistas, as quais questionavam o conceito ortodoxo, biológico, determinista e estático de raça. Especialmente os trabalhos de Franz Boas nos Estados Unidos<sup>(8)</sup> que, depois de sua emigração da Alemanha para os Estados Unidos e da física e da geografia para a antropologia, vinha ocupando, tanto em termos teóricos, como em termos políticos, o centro das teses que fundamentavam o combate ao anti-imigrantismo americano.

Ao contestar a idéia de que a percepção da luz seria o resultado da sua intensidade, sugerindo tomar a análise pela mente do sujeito

(66) A. A. Mendes Correia, "A Raça e o Espírito no Brasil", *Brasília*, 1942, p. 282.

(67) *Idem*, p. 305.

(68) Mendes Correia recebeu com certa reserva as novidades boasianas, mas considerou que deveriam ser levadas em conta em algum sentido. "Sem acreditarmos - diz ele - numa tão poderosa e rápida influência morfogenética do meio [...] devemos reconhecer que certas influências podem modificar os índices cefálicos individuais..." (*A Raça, ob. cit.*, p. 351).

que percebe, Boas criou o princípio teórico que lhe permitiu introduzir a subjetividade e a relatividade na compreensão das culturas humanas<sup>(69)</sup>. Do encontro com os "selvagens", concluiu que "a organização da mente humana é praticamente igual entre todas as sociedades; o desenvolvimento da atividade mental segue as mesmas leis em todos os lugares: suas manifestações dependem do caráter individual das experiências sob tais leis<sup>(70)</sup>. Com isso, fragilizou a correlação entre história, sociedade industrial, civilização e superioridade racial, fulcro do racismo, e introduziu a noção de relativismo cultural. Em *Changes in the Bodily Format of Descendants of Immigrants*, Boas argumentou que o tamanho da cabeça da primeira geração de italianos e judeus imigrantes nos Estados Unidos não conferia com o tamanho original. Embora tenha recebido muitas críticas em decorrência da pouca consistência de suas demonstrações, feriu a noção de estabilidade física que sustentava a teoria racial, e introduziu a noção de plasticidade não só do corpo como também da cultura<sup>(71)</sup>.

Embora as idéias boasianas não tenham sido aceites na Inglaterra - centro mundial do movimento teórico eugenista - influenciaram o pensamento ocidental, de modo geral, com a idéia do relativismo cultural. O Primeiro Congresso Internacional das Raças, em 1911, em Londres, apresentava um discurso fundamentado nestas novas teorias da raça e destacava a importância do contato entre as sociedades humanas com base numa moral universal. No entanto, gostaria de sugerir que o Congresso das Raças era também a oportunidade para as diversas culturas se tomarem conhecidas e maneiras de aproximação entre os povos, em tomo de áreas de interesses, fossem encontradas. Um observador percebeu que "havia um interesse especial em ouvir os representantes da Índia, África, China, Sul dos Estados Unidos, todos aqueles enfim em cujas veias circulava um sangue de origem não européia". Judeus, egípcios, índios, chineses, negros, mestiços de raças diversas, tinham o direito a defender "a sua etnia, a sua capacidade intelectual e o seu valor moral". Os que tiveram a idéia do Congresso - os maiores interessados foram os Estados Unidos e a Inglaterra - compreenderam muito bem a necessidade de "chamar todos os povos para uma espécie de primeiro

<sup>(69)</sup> Cf. Barkan, *ob. cit.*, pp. 79-80.

<sup>(70)</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>(71)</sup> *Idem*, p. 83.

parlamento internacional das raças", uma espécie de tentativa para pôr em prática a "política da concórdia"<sup>(72)</sup>.

Portugal, colonialista, teve que reforçar a política de aproximação com suas colónias e criar laços de identidade com sua ex-colónia. O Brasil, neste cenário, não estaria ileso. Se o mundo transnacionalizado, nas palavras de Gilberto Freire, exigia a relação de europeus com pretos, pardos, amarelos, porque não caracterizar o luso-descendente: o luso-brasileiro, o luso-asiático, o luso-africano, como uma unidade psicológica transnacional? As relações entre luso e luso descendentes, segundo Gilberto Freire, era importante para o avigoreamento de uma "consciência de espécie transnacional ou supranacional". "E em vez de basear-se numa suposta pureza étnica, como a inventada para certas uniões transnacionais ou supranacionais da nossa época, baseia-se num acontecimento social ou cultural que é a negação do purismo étnico"<sup>(73)</sup>.

Estes deslocamentos teóricos facilitaram os arranjos "pan-etnicistas" da primeira metade do século XX, no contextos dos nacionalismos do mundo ocidental, das guerras mundiais e de vários fascismos e expansionismos. Em geral, no pensamento ocidental, já não se falava mais em raças ou culturas *inferiores* para efeito de exclusão, se bem que isso continuasse implícito. No entanto, o que acontecia é que se tornara inevitável o contato cultural, político e comercial, baseado na cooperação entre as diversas nações, para se arranjamem as novas relações comerciais entre ocidente-orientes, ou mesmo em outras esferas geográficas. Os Estados Unidos da América defrontavam-se com dois grandes problemas étnicos: a infiltração chinesa e japonesa, através da imigração, nos Estados do Oeste e Noroeste, e o crescimento da população africana nos Estados do Sul; tinham que conviver com a diferença e, portanto, criar formas de relacionamentos inter-raciais. O despontar da Ásia e do Egito, o poderio do Japão, as explorações científicas e comerciais em toda a Ásia e na África inteira, a descoberta de forças emergentes, económicas, culturais e políticas, nestas áreas, demonstravam as conveniências das relações internacionais mais em moldes de acordos e partilhas do que nos moldes do sistema imperial do século XIX.

(72) Silva Teles, "O Primeiro Congresso Internacional das Raças", *Revista de História*, Lisboa, Jan./Mar. 1912, p. 9.

(73) Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, *ob. cit.*, p. 46.

### O abasileiramento do Brasil

Gilberto Freire, ex-aluno de Franz Boas, consagrou-se como pensador brasileiro ao defender a tese da democracia racial, com base no sincretismo cultural. Fez, assim, da mestiçagem - como discurso simbólico e como fator de integração da unidade nacional e da diferenciação de nossa realidade psico-social - e de nossa origem portuguesa, as alavancas para uma saída positiva de nossa nacionalidade. Ou seja, entre os debates *poligenistas*, que viram a inviabilidade do País, e *monogenistas*, que introduziram a tese do branqueamento, Freire inaugurou uma terceira posição, separando raça de cultura e, por isso, valorizando a igualdade da contribuição do negro, do português e do índio para construir uma versão da identidade nacional luso-brasileira<sup>(74)</sup>.

Em seu tom positivo, a mestiçagem, além de dotada de caráter democrático (pela mobilidade social, vertical e horizontal), seria, na sua fase mais ativa, dotada do caráter de mobilidade biológica, ou seja, "a criação de uma variedade de tipos novos, desarmônicos, perturbadores do conforto estético a que todos tendemos pela nossa acomodação a convenções de tipos de beleza: o greco-romano"<sup>(75)</sup>. Freire inverte a noção de beleza, valorizando a desarmonia resultante da miscigenação, contrapondo-se à cultura de raça, que tinha no fator harmonia o elemento norteador, tanto em relação à homogeneidade desejada, quanto à estética<sup>(76)</sup>.

Para Freire, nossa formação miscigenada já se encontrava na raiz cultural de nossos colonizadores. Os portugueses, de puro sangue nórdico, brancos, teriam encontrado na mulher morena moura a

(74) Cf. Ricardo Benzaquen Araújo, *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, pp. 30-31.

(75) Gilberto Freire, *O Mundo que o Português criou*, 1940, p. 51.

(76) Não se deve concluir com isto que os preconceitos raciais em relação aos não-puros e aos não-brancos não tenham persistido. O negro, o mulato, os creolos, curibocas, mamelucos e cafusos não foram alçados a tipos ideais da nacionalidade brasileira. A idéia de homogeneidade como base da Nação era fundamental e definia a miscigenação como pressuposto do branqueamento. A arianização do brasileiro parecia uma lei fatal. O modelo de beleza que definia os estereótipos nacionais e os contra-nacionais na Alemanha, na Inglaterra ou nos Estados Unidos era o ideal almejado pelos defensores da formação da nossa nacionalidade.

suprema beleza feminina<sup>(77)</sup>. A miscigenação teria dado a Portugal um caráter racial indefinido<sup>(78)</sup>, o que dotava o português de ricas aptidões: mobilidade, aclimabilidade e miscibilidade<sup>(79)</sup>. "Dominando espaços enormes, onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhava mulheres e fazia filhos, numa atividade genética que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo, quanto de política calculada, de política estimulada, por evidentes razões económicas da parte do Estado"<sup>(80)</sup>.

Gilberto Freire inverte, assim, também, nossa história genital, dando-lhe uma dimensão positiva, que não se vê em Paulo Prado. Para este, a sensualidade dos enfastiados exploradores, muitos dos quais eram pouco mais que meninos, no Brasil teve livre curso de uma maneira que seria impensável na ordem estabelecida da Europa temperada<sup>(81)</sup>. O Brasil, para Prado, "Era uma simples máquina de gozo e trabalho no agreste gineceu colonial"<sup>(82)</sup>.

Com Gilberto Freire, a importância atribuída à sexualidade na história brasileira foi preservada. E mais ainda. A "história genital" assumiu lugar proeminente junto as mais importantes interpretações da identidade do Brasil, numa metáfora para a formação do povo brasileiro, mergulhado em atmosfera extremamente erótica. "O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual"; "os padres, quando aqui desembarcavam, atolavam em carne", o que iria dar origem à mistura racial do Brasil no contexto

(77) *Apud* Roy Nash, *Conquest of Brazil* New York, Harcourt Brace, 1925.

(78) Gilberto Freire baseava-se em Hermann Keyserling que tinha afirmado: "a raça não tem em Portugal um papel decisivo". Este fora criticado por Mendes Correia pelas excessivas generalizações, juízos superficiais, formulados por nacionais e estrangeiros. "Não podemos, por exemplo, tomar como ouro do melhor quilate, todas as afirmações feitas por Keyserling". (A. A. Mendes Correia, "O Estudo do povo português", *Ocidente*, Revista Portuguesa Mensal, vol. I (1), 1938, pp. 13-19).

(79) Gilberto Freire, *O Mundo que o Português criou*, 1940, pp. 10-11.

(80) *Idem*, p. 39.

(81) Um estudo deste pensamento brasileiro é feito com muita propriedade por Richard G. Parker, *Corpos, Prazeres e Paixões. A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Best Seller, s.d..

(82) Prado, *ob. cit.*, p. 39.

das grandes plantações de cana de açúcar nos séculos XVII e XVIII<sup>(83)</sup>. Mas, ao invés de ver nisso a origem de uma fraqueza racial, Freire superestima o intercuro sexual. O português teria sido o que melhor confraternizou-se com as raças chamadas inferiores; "foi o transportador para os trópicos de valores essenciais de cultura européia"<sup>(84)</sup>. Era, portanto, para Freire, necessário libertar os estudos da formação social e cultural do Brasil dos pré-conceitos anti-lusitanos, "que por tanto tempo vinham dominando este campo", para se reconhecer a "plasticidade" da miscigenação. Seu pendor para a democratização social operaria como "dissolvente das forças que se solidificaram para criar sociedades de senhores e escravos, rígidas na separação de classes e de raças"<sup>(85)</sup>. As conseqüências seriam de ordem biológica, estética e ética<sup>(86)</sup>.

Sucede, porém, que toda esta reflexão, articulada aos debates teóricos mundiais, carrega também aspectos significativos da ideologia nacionalista baseada na identidade racial ou étnica, muitos deles responsáveis pelas freqüentes críticas que a obra de Gilberto Freire costuma receber. A crítica mais presente refere-se à formulação do sincretismo cultural, o qual criou "uma imagem quase idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantástica democracia racial, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação" <sup>(87)</sup>.

A segunda objeção à obra de Freire é ainda mais importante, no contexto da problemática que estamos discutindo. Trata-se da crítica que questiona que ele tenha de fato abandonado a utilização da idéia de raça e sequer separado o seu emprego da de cultura. Gilberto Freire recorreu aos ensinamentos de Boas e se reconheceu como seu seguidor para se distanciar das outras interpretações nacionais, mas permaneceu dentro dos pressupostos raciais, introduzindo

<sup>(83)</sup> Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, 34ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1998 (1.ª 1933), p. 283.

<sup>(84)</sup> Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, ob. cit., p. 40.

<sup>(85)</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>(86)</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>(87)</sup> Cf. Ricardo Benzaquen Araújo, *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p. 31.

o meio físico para operar com o conceito de raça. As melhores análises da obra de Gilberto Freire concluem que ele trabalha com uma definição fundamentalmente *neolamarckian* de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua interação com o meio físico<sup>(88)</sup>.

Todas estas críticas são muito procedentes, ao meu ver. E aqui, para finalizar nossa linha de argumentação em tomo da tese que afirma ter havido uma série de acomodações discursivas para forjar uma identidade nacional no Brasil e uma identidade transnacional lusitana no Atlântico Sul, quero sugerir outra crítica possível à obra de Freire. Esta, diz respeito ao par nação-raça. A modificação da noção de raça biológica para a noção cultural de raça, aplicada ao meio e à história do grupo, nas primeiras décadas do século XX, substituiu a raça física por raça linguística, histórica e psicológica, fundamentada por várias teorias de expressão no mundo acadêmico ocidental (as quais já não cabem para análise nestas páginas). O termo "raça", praticamente inútil à época foi substituído por "cultura". A raça passou a ser identificada com a nação<sup>(89)</sup>.

O mito do nacionalismo acoplado ao mito do racismo, ou melhor, o mito nação-raça - hoje, com a globalização continua atuando -, fornece um dos mais constrangedores mitos do mundo moderno, por englobar o mais perverso de todos: a identidade étnica ou de raça. Gilberto Freire, numa espécie de "oportunismo descarado assegurado por Portugal salazarista"<sup>(90)</sup>, acomodou a heterogeneidade que caracterizou a colonização do Brasil, na proposta da nação *sincrética* de caráter luso-brasileiro. "O semi-alemão se tomará brasileiro e até entusiasta do Brasil. O alemão se integrará na tradição luso-brasileira. [...] Porque seria ridículo pretender que o Brasil exista independente da sua formação portuguesa [...] O mestiço [em seu vigor híbrido] é dinâmico, biológica e culturalmente dinâmico, na sua

<sup>(88)</sup> *Idem*, pp. 39.

<sup>(89)</sup> Cf. Tzvetan Todorov, *Nós e os Outros. A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*, 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

<sup>(90)</sup> Costa Lima, "Apresentação", in Ricardo Benzaquen Araújo, *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p. 7.

marcha para a relativa estabilização de traços a que o possam levar condições favoráveis à endogamia". E mais. Apesar da apologia do mestiço, havia em Gilberto Freire a continuidade da valorização do europeu. A glória do sangue português teria sido, para ele, não tanto a de guerreiro, mas a de "procriador europeu nos trópicos" "apesar do meio físico adverso e de elementos étnicos tão diversos, desenvolveu uma civilização predominantemente portuguesa"<sup>(91)</sup>.

Em *O mundo que o português criou*, explicitamente, observou que "o processo de nacionalização é o processo de conversão, nos limites do espaço e do tempo". Afinal, disse ele, "o indivíduo toma-se brasileiro pela mesma forma ou pelo mesmo processo por que se toma católico. Segundo Pascal, "pela razão, pela inspiração e pelo costume. [...] Por conseguinte, sob a pressão do social sobre o indivíduo, conforme a teoria do mestre Durkheim". Gilberto Freire tomava estas referências para explicar e fundamentar teoricamente as "evidências de abasileiramento no extremo sul do Brasil", do alemão e de outros colonos, "pelo gesto, pelo ritmo de andar, pela prática de atos tradicionalmente brasileiros"<sup>(92)</sup>. "[...] quase todo homem de Blumenau ou de Santa Cruz, de Joinville ou de São Leopoldo, se já não é um meio convertido [...]. Não tardará a ouvir vozes irresistíveis no fundo não só das matas, mas também das águas das tradições brasileiras: 'Fritz, Fritz, por que me persegues?'"<sup>(93)</sup>.

O nacionalismo, o racismo, a nação-raça, não são, assim, apenas entidades idealizadas ou formas de política, mas fenômeno político-cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação. Ou seja, a nação, enquanto *criação imaginária*, para usar um termo cunhado por Benedict Anderson<sup>(94)</sup>, e

<sup>(91)</sup> Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, *ob. cit.*, p. 40.

<sup>(92)</sup> Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, *ob. cit.*, p. 31  
H *Idem*, p. 34.

<sup>(94)</sup> Benedict Anderson, *Nação e Consciência Nacional*, (Trad. Lólio Lourenço de Oliveira), São Paulo, Ática, 1989. As definições mais correntes de nação referem-se à comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo; no Dicionário da Academia Espanhola de 1925, a nação é descrita como a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e que em geral, falam a mesma língua e tem toda uma tradição em comum; Marcel Mauss define a nação como uma sociedade materialmente e moralmente integrada, com um poder central estável, com fronteiras determinadas, com uma relativa unidade moral, mental e cultural por parte

enquanto movimento cotidiano que impregna os corpos, intimamente relacionados com o fenômeno da definição da cultura, da raça e da identidade nacional, de forma a incluir sentimentos, simbolismos, uma língua específica, um tipo psicológico e até um tipo físico, é propriamente a formação do *habitus* nacional<sup>(95)</sup>. Não há lugar para heresia. Não há desvio para a diversidade. O múltiplo deve ser contemplado na unidade nacional.

Em conclusão, o que podemos reter da complexidade dos arranjos, das concórdias ou das dissidências, na formulação do projeto luso-brasileiro? O consenso, o dissenso<sup>(96)</sup>, as acomodações, efetivações ou resistências, constituem matéria de importância para percebermos que o termo cultura saiu da esfera sociológica e antropológica e assumiu a dimensão política. Foi na esfera da cultura antropológica e sociológica que se empreendeu o grande debate

dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às leis. No entanto, em termos étnicos, linguísticos ou outros, a maior parte dos maiores Estados não eram homogêneos. O material étnico, linguístico ou outro é re-trabalhado por processos como a construção do Estado, o individualismo e a integração num tecido de relações indiretas a uma grande escala. Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 17-20.

<sup>(95)</sup> Por *habitus*, Norbert Elias quis significar basicamente uma *segunda natureza*, não tomada de forma essencialista; de fato, em parte, ele quis superar os problemas da antiga noção de *caráter nacional*, este sim, como algo fixo e estático, ou pelo menos, como a soma natural do caráter individual adquirido pelo auto-aperfeiçoamento. Elias afirma que os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm ficar sedimentados no *habitus* incorporado pelos seus membros individuais, intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado, submetido às instituições nacionais. Norbert Elias, *Os Alemães. A luta pelo poder e a revolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

<sup>(96)</sup> O termo dissenso é usado na acepção de Ranciere: "não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para serem ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nela são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflitos ordenadas, a situações de discussão e de argumentação" (Jacques Ranciere, "O dissenso", in Adauto Novaes (Org.), *A crise da razão*, São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 374.

político para a forja da etnia luso-brasileira. Se no lado português do Atlântico, o nacionalismo lusitano, o colonialismo em ultramar, a imigração para o Brasil, o imperialismo europeu e as disputas por mercados, a recrudescência racial do século XX, explicavam os arranjos para criar uma identidade étnica transnacional<sup>(97)</sup>, do lado brasileiro, a invenção da identidade nacional luso-brasileira fornecia os vetores para a lusitanização, embora esta seja uma história que não considero suficientemente estudada nos seus meandros discursivos. Sabemos que o Estado Novo Brasileiro encetou ampla campanha nacionalizadora, com perseguições às etnias "estranhas". Ao receber, em 1937, os membros do *Conselho de Imigração e Colonização*, o presidente Vargas salientou o direito do Brasil de escolher as correntes imigratórias que mais convinha à brasilidade. "O critério histórico - disse ele - é o da formação luso-brasileira. O que for hostil a essa formação é contrário aos interesses essenciais do Brasil"<sup>(98)</sup>. Ao definir a história, a língua, as instituições e a cultura de origem portuguesa como signos da Nação, empreendeu práticas e justi-

(97) Convém lembrar que, apesar da proximidade cultural e da língua comum, os portugueses constituem um dos grupos de imigrantes mais fechados no Brasil. Cf. Heloísa Paulo, *Aqui também é Portugal. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*, Coimbra, tese, 1997. É comum nas colônias a endogamia, com parceiros vindos da "terra", ou ainda, a preferência pelos casamentos com os filhos, já brasileiros, dos "patrícios" (o termo patrício é usado pela colônia portuguesa no Brasil como um sinal de identidade étnica) mais chegados. Da mesma forma, os patrões portugueses dão preferência a empregados da mesma nacionalidade, procurando-os muitas vezes, entre os recém-chegados, p. 109). Os periódicos, alguns existentes desde o século XIX, são mantidos pelos patrícios mais abastados e geridos pelos mais cultos. Nos anos trinta, ganharam força e tornaram-se "obrigatórios" nos estabelecimentos e casas dos portugueses, (p. 110). No dia a dia, a saudade da "terrinha" é compensada pelos encontros nos grêmios, nas casas regionais e associações. Sociedades beneficentes ou assistenciais, como a Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1840, acompanham a própria história da presença do imigrante português no Brasil, (p. 111). Neste contexto, a cultura popular, juntamente com o culto da história ou profissões de fé ideológicas, transforma-se em elemento de agregação e de edificação de um sentimento de nacionalidade que se torna mais forte fora de Portugal (p-112).

(98) *Atântico*, vol. 2, 1946, p. 2.

ficativas (as quais já estavam em curso desde anos anteriores)("), para amalgamar as diferenças étnico-culturais: germânica, italiana, indígena, africana, polaca, judia, húngara, japonesa, austríaca, russo-ucraniana, espanhola, síria, etc.

E o que é a etnia se não a amálgama, no caráter humano, de sentimentos diversos?(<sup>100</sup>). Já afirmava Hegel que "somos biologicamente abertos ao mundo" (<sup>101</sup>). Bourdieu toma isto em suas últimas conseqüências. "E porque o corpo é exposto, posto em jogo no mundo, confrontado com o risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, e portanto obrigado a levar a sério o mundo (e nada é mais sério que a emoção, que chega ao fundo dos dispositivos orgânicos), que se encontra em condições de adquirir disposições que são elas próprias abertura ao mundo, quer dizer, às próprias estruturas do mundo social cuja forma incorporadas elas são. A ordem social inscreve-se nos corpos através desta confrontação permanente, mais ou menos dramática"(<sup>102</sup>).

(") A bibliografia sobre este tema é ampla. Um anti-germanismo no Brasil já era presente desde a guerra franco-prussiana com a derrota sofrida pela França. Na ocasião, alguns jornais do Império adotaram, como um assunto predileto, o "perigo alemão" que se concentrava mais evidentemente nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

(<sup>100</sup>) Fredrik Barth foi um dos primeiros a demonstrar que o material humano que é organizado no interior de um grupo étnico não é imutável, mas se define antes em função de uma fronteira susceptível de grandes variações no tempo. *Apud* Serge Cordelier (Org.), *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 62. A etnia não é um dado que exista na natureza, fora do tempo. Mas também não é um dado flutuante, variando de acordo com a situação específica do sujeito. E preciso ver as implicações dos atributos históricos e simbólico-culturais da identidade étnica. Um grupo étnico é um tipo de coletividade cultural, coletividade essa que sublinha o papel de mitos de descendência e de memórias históricas, e que é reconhecida por uma ou mais diferenças culturais, como a religião, os costumes, a língua ou as instituições. Tais coletividades são duplamente históricas no sentido em que, não só são as memórias históricas essenciais para a sua continuação, como cada um destes grupos étnicos é produto de forças históricas específicas, incorporadas pelo *habitus*, estando, é óbvio, também desse modo, sujeito à dissolução e à alteração histórica. Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, pp. 35-36.

(<sup>101</sup>) *Apud* Pierre Bourdieu, *Meditações Pascalinas*, Oeiras, Portugal, Celta, 1998, p. 118.

(<sup>102</sup>) *Idem*, p. 124.